

EDITAL 003/2026
PROCESSO Nº 003/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul**, inscrito no CNPJ sob o nº 17.813.026/0001-51, com sede na Rua Coronel Vidal, nº 800, São Dimas, Juiz de Fora - MG, por meio de sua equipe de Pregão, realizará licitação, para registro de preço, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da **Lei nº 14.133 de 2021**, da Resolução CISDESTE nº 08/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Data e horário da sessão: 11/03/2026 às 09:10 horas.

Data e horário final para envio de Proposta: 11/03/2026 às 09:00 horas.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO - POR ITEM facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E GENEROS ALIMENTICIOS, para atender as necessidades do CISDESTE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

2.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde poderão obter maiores informações, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.3. Caso seja indicado o Sistema de Compras do Governo Federal no item 2.1, os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico relacionado nos itens anteriores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.3. Para os itens em que o valor total estimado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio[1];

[1] NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico de realização do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor, conforme definido neste edital e na plataforma de realização do pregão;

4.1.2. Marca, se for o caso;

4.1.3. Fabricante, se for o caso;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento definido no preâmbulo desse edital.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.11. O PROCEDIMENTO SEGUIRÁ DE ACORDO COM O MODO DE DISPUTA ADOTADO NESTE EDITAL.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "ABERTO E FECHADO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "FECHADO E ABERTO"**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento)

superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.4 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. **Os documentos previstos no Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, deverão ser exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia nos termos do inciso IV do art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4. Caso seja adotado o Sistema de Compras do Governo Federal, a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, **e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).**

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. Os documentos exigidos para habilitação detalhados no Termo de Referência serão enviados **por meio da plataforma de Pregão Eletrônico escolhido pela administração**, em formato digital, no prazo de MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.8.1. Caso seja adotado o Sistema de Compras do Governo Federal, a habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos; e os que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados conforme item 7.8.

7.8.1.1. Neste caso, é de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11. A exigência dos documentos de habilitação que constem do Termo de Referência somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação/pregoeiro/agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13.1 - Nos termos dos Acórdãos 1211/2021 e 2443/2021 do Plenário do TCU, a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro/agente de contratação.

7.13.2 - Na falta de documento relativo à fase de habilitação em pregão que consista em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, deve o pregoeiro conceder-lhe prazo razoável para o saneamento da falha, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999. Acórdão 988/2022-Plenário.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.8.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. A Ata de Registro de Preço, com a indicação dos fornecedores e os preços registrados, deverá ser disponibilizada no PNCP, observada a regra prevista no art. 176 da Lei 14.133/2021.

8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para o fornecimento pretendido, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, se for o caso, poderá ser elaborado ata específica de cadastro de reserva dos:

9.1.1. licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. licitantes que mantiverem sua proposta original;

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Caso se conclua pela contratação, o Termo de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, de acordo com o Art. 95 da Lei Federal 14133/2021.

10.1.1. Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 da NLLC.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato ou retirar o documento equivalente ao contrato, quando for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital de licitação.

10.2.1. O prazo previsto para assinar o contrato ou retirada do documento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. Quando o instrumento contratual for substituído, o aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

10.3.1. referida Nota de empenho está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, observado item 9.1.1;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. Para assinatura do contrato ou retirada do documento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital de licitação, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da contratação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitação, situado na Rua Coronel Vidal, 800, São Dimas, neste município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o licitante, o adjudicatário ou o contratado que, com dolo ou culpa cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

a. Dar causa à inexecução parcial do contrato (inciso I do art. 155 da Lei 14.133/2021);

a.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato significa que o licitante ou o contratado, por ação ou omissão, provoca a não realização de uma ou mais obrigações específicas previstas no contrato, sem que essa inexecução comprometa a sua totalidade.

b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (inciso II do art. 155 da Lei 14.133/2021);

b.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano significa que o licitante ou o contratado, por ação ou omissão, provoca a não realização de uma ou mais obrigações específicas previstas no contrato, sem que essa inexecução comprometa a sua totalidade, sendo agravada pelo fato de gerar prejuízos significativos à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c. Dar causa à inexecução total do contrato (inciso III do art. 155 da Lei 14.133/2021);

c.1. Dar causa à inexecução total do contrato refere-se à situação em que o contratado, por meio de ação ou omissão, impede completamente a realização do objeto contratual, levando à sua não execução integral.

d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) agente de contratação/comissão de contratação durante o certame (inciso IV do art. 155 da Lei 14.133/2021);

e. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando (inciso V do art. 155 da Lei 14.133/2021):

e.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- e.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- e.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- e.4. deixar de apresentar amostra;
- e.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (inciso VI do art. 155 da Lei 14.133/2021);
- f.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (inciso VII do art. 155 da Lei 14.133/2021);
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (inciso VIII do art. 155 da Lei 14.133/2021);
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (inciso IX do art. 155 da Lei 14.133/2021);
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (inciso X do art. 155 da Lei 14.133/2021);
- j.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame (inciso XI do art. 155 da Lei 14.133/2021);
- L. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (inciso XII do art. 155 da Lei 14.133/2021).

12.1.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Advertência no caso da falta prevista no subitem "a" do item 12.1 deste edital de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

1. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, bem como pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida, até o limite de 30 (trinta) dias;

1.1. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas h, i, j, k, L do subitem 12.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c", "f" do subitem 12.1, de 5% a 20 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas nas alíneas "d", "e", "g" do subitem 9.1, a multa será de 1% a 10 % do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

7. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "g" do subitem 12.1 deste edital de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "L", do subitem 12.1, bem como pelas infrações administrativas previstas, b, c, d, e, f, g do subitem 12.1, que justifiquem a imposição da penalidade mais grave conforme §5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.5. A aplicação das sanções previstas neste edital de licitação, não exclui em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul .
- 12.6 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.8. A aplicação das sanções (penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas para o endereço comercial, ou enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, ou cadastrados pela empresa no Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul .

12.11.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados e ou fornecidos serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.11.2 As notificações poderão ser enviadas também por outros meios, desde que comprovadamente enviadas.

12.12 - Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

12.13. Quando se tratar de registro de preços, as regras previstas nesta tópica, especialmente as relacionadas às infrações administrativas, procedimentos e sanções, aplicam-se à gestão da ata de registro de preços.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados na Plataforma Eletrônica Portal de Compras Públicas, no seguinte endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico da Plataforma indicada no item 2.1 deste edital e no site do Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul através do endereço <http://www.cisdeste.saude.mg.gov.br/editais/licitacoes/>, também poderão ser lidos e/ou obtidos na sala do Setor de Licitações da CISDESTE, localizada na Rua Coronel Vidal, nº 800, São Dimas, neste município nos dias úteis, no horário das 08:00:00 às 17:30:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Anexo I do TR - Planilha de Preço Estimado;

- 14.11.2. Anexo II - Modelo de Proposta;
- 14.11.3. Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preço;
- 14.11.4. Estudo Técnico Preliminar - Apêndice do TR;
- 14.11.4.1. Anexo I do ETP – Mapa de Riscos.

Juiz de Fora, 24/02/2026.

Daudiceia Renata Moreira
Coord. Compras e Licitações

Assinado por 1 pessoa: DAUDICEIA RENATA MOREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisdeste.1doc.com.br/verificacao/677A-FA1C-7BA8-33BB> e informe o código 677A-FA1C-7BA8-33BB

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1 - OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E GENEROS ALIMENTICIOS, para atender as necessidades do CISDESTE, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.

2 - DA PADRONIZAÇÃO

2.1 - A contratação se dará em observância ao princípio da padronização, em consonância com o disposto no inciso IV do art. 19 da Lei 14.133/2021 e da Resolução CISDESTE nº 08/2023.

3 - DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.2 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4 - DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	AÇÚCAR CRISTAL PACOTE DE 5 KG. Açúcar Cristal pacote de 5 kg - Tipo: Cristal; Composição: Origem Vegetal, Sacarose de Cana de Açúcar; Aplicação: Adoçante; Características Adicionais: 1ª Qualidade; Açúcar Cristal. Açúcar Cristal Pacote de 5 Kg. Código: 6505.	PCT.	770
2	BISCOITO AMANTEIGADO CHOCOLATE. KG - Biscoito amanteigado chocolate - KG. CÓDIGO: 7017.	KG.	10
3	BISCOITO AMANTEIGADO CREME DE AVELÃ - KG - Biscoito amanteigado creme de avelã - KG. CÓDIGO: 7018.	KG.	10
4	BISCOITO AMANTEIGADO GOIABINHA - KG - Biscoito amanteigado com goiabinha - KG. CÓDIGO: 7019.	KG.	10

Item	Descrição	Unid.	Quant.
5	BISCOITO AMANTEIGADO TRADICIONAL - KG - Biscoito amanteigado tradicional - KG. CÓDIGO: 7016.	KG.	10
6	CAFÉ SUPERIOR EM PÓ HOMOGÊNEO. Café superior, em pó homogêneo, torrado e moído, em embalagem de 500 gramas e do tipo a vácuo, com validade de 12 meses a partir da data de fornecimento, com registro das datas de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem; deverá ser constituído de grão de café tipo 6 COB ou melhores, contendo ao menos 85% de arábica em sua composição, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e/ou ardidos PVA, ausente de grãos preto-verdes e fermentados; gosto predominante de café arábica (coffea arabica), admitindo-se de café robusta ou conilon (coffea canephora), com classificação de bebida Mole a duro, isento de gosto Rio Zona. Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura ou Selo de Pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e/ou laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; certificação no Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) da ABIC Ref.: Melitta, Pilão, Três Corações, ou equivalente , ou similar ou de melhor qualidade. Código: 6990.	PCT. 500 g	2.752
7	CANECA PLÁSTICA (400)ML. Caneca plástica resistente, não flexível, própria para uso em micro-ondas, com capacidade volumétrica nominal de 400 ml (440 ml capacidade máxima). Produto de alta durabilidade, design ergonômico com alça, adequado para uso institucional e personalizado com a logomarca "Cisdeste" na cor branca. Especificações Técnicas: Material: Plástico rígido, resistente, não flexível. Capacidade Nominal: 400 ml (440 ml capacidade máxima). Compatibilidade: Uso seguro em micro-ondas. Cor: Vermelho (estrutura) com logomarca "Cisdeste" em branco. Formato: Circular com alça lateral ergonômica. Dimensões e Peso: Dimensões Externas: Altura: 9,5 cm. Diâmetro do bocal: 8,5 cm. Diâmetro da base: 7 cm. Espessura da estrutura: 2,5 mm.	UN.	540

Item	Descrição	Unid.	Quant.
	Dimensões da Alça: Largura externa: 2 cm. Largura interna: 1,5 cm. Altura interna: 6 cm. Peso:* 70 g. Outras Especificações: Personalização:* Logomarca "Cisdeste" em cor branca, aplicada na superfície frontal da caneca, resistente a lavagens e exposição ao calor. Garantia: Produto com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. APRESENTAÇÃO: O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA. CÓDIGO: 6995.		
8	COADOR DE PANO PARA CAFÉ. Coador de pano para café, com composição: 100% algodão, aro de metal, arame galvanizado e cabo de madeira, medindo 130mm. - coador de pano para café: coador de pano para café, com composição: 100% algodão, aro de metal, arame galvanizado e cabo de madeira, medindo 130mm. CÓDIGO: 1322.	UN.	117
9	COADOR FLANELA PARA CAFETEIRA INDUSTRIAL 5LTS – MONARCHA. Coador Flanela para cafeteira industrial 5lts - Marca da cafeteira Monarcha. CÓDIGO: 5365.	UN.	7
10	COPO DESCARTÁVEL CAPACIDADE 200(ML). Copo descartável 200ml copo descartável de boa qualidade e resistente, com capacidade para 200(ml). Pacote com 100 unidades. Copo em polipropileno atóxico, massa mínima de 2,20 gramas; resistente mínima de 0,85 n, sem tampa. Código: 6547.	PCT.	1.600
11	COPO DESCARTAVEL CAPACIDADE 50(ML). Copo descartável de boa qualidade e resistente, com capacidade para 50(ml), peso mínimo 0,75 g, embalagem com 100 unidades, em 2,20 gramas; resistente mínima de 0,85 n; sem tampa. CÓDIGO: 1319.	PCT.	145
12	COPO DE VIDRO CAPACIDADE PARA 200(ML). Copo de vidro, capacidade: 200 ml; Diâmetro Boca: 64 MM; Altura: 96 MM; Cor: Transparente; Tipo Uso: Água/Suco/Refrigerante; Características Adicionais: Fundo Reforçado Com No Mínimo 15 Mm. CÓDIGO: 6503.	UN.	40
13	GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ CAPACIDADE 1 LITRO. Tampa de rosca. - Garrafa térmica para café capacidade 1 litro - tampa de rosca.	UN.	26

Item	Descrição	Unid.	Quant.
	Compatível com a marca Termolar ou de qualidade equivalente ou superior. CÓDIGO: 3216.		
14	GUARDANAPO DESCARTÁVEL 30X33CM COM 50 UNIDADES. Guardanapo descartável 30x33cm com 50 unidades. CÓDIGO: 1321.	PCT.	228
15	JARRA LEITEIRA MICRO-ONDAS FERVE SEM DERRAMAR. Ferve Sem Derramar; Com Tampa; ferve água leite no micro-ondas sem derramar; Material da jarra: Plástico; Inclui tampa; Material da tampa: Plástico; Capacidade da jarra: 1 Litro; Altura 11 cm; Diâmetro: 8 cm. CÓDIGO: 6455.	UN.	5
16	LEITEIRA. Material: Alumínio; Capacidade: 2 L; Formato: Cilíndrico; Acabamento Superficial: Polido; Características Adicionais: Cabo Isolante Térmico; Material Cabo: Polipropileno; Com Tampa e Alça, Revestimento Antiaderente. CÓDIGO: 6492.	UN.	12
17	POTE ALIMENTO. Material: Plástico Formato: Redondo Cor: Incolor Capacidade: 1 L; Características Adicionais: Com Tampa Rosqueável; Aplicação: Acondicionamento de Alimentos. CÓDIGO: 6511.	UN.	108
18	POTE PLÁSTICO. Material: Plástico; Capacidade: 1000ml; Formato: Retangular; Dimensões Aproximadas: Comprimento 19,82cm X Largura 15,25cm X Altura 6,15cm; Cor: Transparente; Características Adicionais: Descartável, Com Tampa; Pote de 1000ml. CÓDIGO: 6545.	UN.	1.126
19	REFIL DE PURIFICADOR ÁGUA. Vasão nominal 45L/h, Pressão min/max:39 a 393KPA ou 4 á 39,3MCA, Eficiência bacteriológica não se aplica, Retenção particular: classe C, Com redução de cloro livre >75%, Componentes: elemento PP e carvão ativado com prata cabidal, Validade: 06 meses após ativação. Compatível com purificador da marca Libell Aquaflex Hermetico ou de qualidade equivalente ou superior. CÓDIGO: 7020.	UN.	19
20	REFIL DE PURIFICADOR DE PAREDE COM TORNEIRA E FILTRO. Modelo: compatível com Purificador de parede com torneira e filtro; Características Adicionais: Fácil instalação, não requer presença de	UN.	4

Item	Descrição	Unid.	Quant.
	técnico, Código de referência: RV-01. CÓDIGO: 6566.		
21	SUPORTE ARAMADO GRANDE PARA COADOR DE CAFÉ REFORÇADO. Suporte Para Coador de pano com Argola de 10cm, produzido em aço (Ferro) aramado de 6mm. Características: Altura do Suporte: 46cm; Diâmetro interno da Argola: 10cm Profundidade da Base: 16cm; Largura da Base: 15cm; Garantia de 3 Meses contra defeito de Fabricação. CÓDIGO: 6993.	UN.	10

5 - PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 - **O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 - No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços PODERÁ, haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.2 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.2.1 - Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 da NLLC.

5.2.3 - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "C", E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

7.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

8 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Sustentabilidade

8.1 - Os requisitos da contratação relacionados a natureza do objeto e a sustentabilidade encontra-se pormenorizado em tópico específico do(s) Estudo(s) Técnico(s) Preliminar(es), apêndice deste Termo de Referência.

8.2 - Registre-se que, eventual exigência de documentação de habilitação técnica e econômica, será tratado no tópico específico deste TR (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR) de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

8.3 - Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

8.3.1 - AS SUPOSTAS MARCAS INDICADAS NA PLANILHA ACIMA NA DESCRIÇÃO FORAM MENCIONADAS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE OU FACILITAÇÃO DOS OBJETOS, ESTAS PODERÃO SER SUBSTITUIDAS POR OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, conforme posicionamento do TCU e TCE-MG.¹

¹[1] *NOTA EXPLICATIVA:* - o próprio TCE-MG indica marca como referência de qualidade, seguida da expressão equivalente ou de qualidade superior.

8.4 - Da vedação de marca/produto na aquisição do objeto.

8.4.1 - Para a contratação do objeto NÃO haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

8.5 - Da exigência de carta de solidariedade

8.5.1 - Não será exigido Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante.

8.6 - Subcontratação

8.6.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.7 - Garantia da contratação

8.7.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

8.8 - Da exigência de amostra:

8.8.1 - Exigência de apresentação de amostra

8.8.1.1 - Será exigida a apresentação de amostra exclusivamente para o item "CANECA PLÁSTICA 400 ML", a qual poderá ser solicitada somente ao licitante provisoriamente vencedor, com a finalidade de verificar a conformidade técnica do produto ofertado com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos do art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.8.1.2 - A amostra será considerada APROVADA apenas se atender integralmente a todos os critérios técnicos eliminatórios definidos na tabela abaixo. O não atendimento de qualquer critério implicará a REPROVAÇÃO da amostra, com a consequente desclassificação do licitante convocado, sendo então convocado o licitante subsequente, repetindo-se o procedimento, até a seleção de proposta que atenda integralmente às exigências.

8.8.2 - Critérios técnicos de avaliação da amostra:

Item	Critério Técnico	Procedimento de Verificação	Parâmetro / Exigência
1	Capacidade nominal	Medição com água à temperatura ambiente até 10 mm abaixo da borda superior do bocal.	400 ml $\pm$ 5% (entre 380 ml e 420 ml).
2	Capacidade máxima	Medição com água até o nível da borda, sem transbordamento	Volume igual ou superior a 440 ml

3	Rigidez do material	Compressão manual moderada nas laterais por 10 segundos, com repouso de 60 segundos.	Material plástico rígido, não flexível, sem deformação permanente visível.
4	Acabamento e integridade	Inspeção visual e tátil da superfície.	Superfície uniforme, sem trincas, bolhas relevantes, porosidade acentuada ou rebarbas.
5	Compatibilidade com micro-ondas	Aquecimento de 200 ml de água por 2 minutos em micro-ondas (potência registrada).	Ausência de deformação, empenamento, derretimento, fissuras ou amolecimento estrutural.
6	Odor após aquecimento	Avaliação sensorial após 10 minutos do aquecimento.	Ausência de odor intenso persistente (admite-se odor leve e transitório).

Item	Critério Técnico	Procedimento de Verificação	Parâmetro / Exigência
7	Integridade da logomarca após micro-ondas	Inspeção visual após o teste de aquecimento.	Logomarca sem descolamento, borramento ou degradação visível.
8	Cor da caneca	Inspeção visual.	Cor vermelha uniforme, sem manchas, translucidez acentuada ou marmorização.
9	Aplicação da logomarca "CISDESTE"	Inspeção visual da face frontal.	Logomarca em cor branca, legível, com contraste adequado e sem falhas de cobertura.
10	Resistência da personalização à lavagem	20 ciclos de fricção manual com esponja (lado macio) e detergente neutro.	Ausência de descascamento, remoção significativa ou perda de legibilidade (admite-se leve perda de brilho).
11	Dimensões da logomarca	Medição física da arte aplicada.	Largura: 60 mm $\pm$ 2 mm; Altura: 25 mm $\pm$ 2 mm; sem distorção.
12	Posicionamento da logomarca	Medição e inspeção visual.	Centralizada na face frontal, oposta à alça; tolerância horizontal $\pm$ 3 mm; centro a 47,5 mm $\pm$ 3 mm da base.
13	Qualidade da impressão	Inspeção visual detalhada.	Bordas nítidas, sem borrões, falhas ou efeito "fantasma".

***O não atendimento de qualquer dos critérios acima implicará a reprovação da amostra e a desclassificação do licitante, nos termos do item 8.8 deste Termo de Referência.**

8.9 - Prova de qualidade

8.9.1 - Não haverá prova de qualidade prevista no art. 42 da Lei 14.133/2021.

9 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1.1 - O prazo de entrega do(s) item(ns) é de **20 (vinte) dias**, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em remessa única ou em quantitativo especificado pelo Contratante.

9.1.2 - Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

9.1.3 - Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado do CISDESTE na Rua: Coronel Vidal, nº. 1.792 - Galpão: 09. Bairro - São Dimas. Juiz de Fora/MG. CEP:36080-262, ou em outro local informado na AF (Autorização de Fornecimento), dentro da cidade.

9.1.4 - No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60% do prazo total recomendado pelo fabricante.

9.2 - Garantia, manutenção e assistência técnica

9.2.1 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o(a) Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul, **poderá** convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6 - A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 10.8 deste termo, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas em regulamento próprio do(a) Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul.

10.7 - A responsabilidade pela fiscalização do contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 10.8 deste TR, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas em regulamento próprio do(a) Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul.

10.8 - Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

10.9 - A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

10.10 - As regras previstas neste tópica aplicam-se à gestão da ata de registro de preço, naquilo que couber.

11 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1 - DO RECEBIMENTO

11.1.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12 - LIQUIDAÇÃO

12.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.2 - Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra no CISDESTE, CNPJ nº 17.813.026/0001-51, situada a Rua Coronel Vidal, 800, São Dimas, Juiz de Fora.

12.2.1 - Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.5 - A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 50 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13 - PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

13.2 - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

13.2.1 - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$ ----- Onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

14 - FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.3.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.3.2 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 - REAJUSTE

15.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.2 - Após o interregno de um ano, e **mediante pedido formal do contratado**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2.1 - A assinatura de eventual termo aditivo de prorrogação da ata ou do contrato sem a concessão do reajuste, ou ressalva de sua superveniente análise, será considerada como renúncia ou preclusão lógica do direito.

15.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

16 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.**

16.2 - MODO DE DISPUTA

16.2.1 - Modo de Disputa – **Aberto.**

16.3 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

16.3.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.4 - Habilitação jurídica (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva)

16.4.1 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.4.2 - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.4.3 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.4 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa

onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

16.4.5 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.6 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.4.7 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

16.4.8 - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

16.4.9 - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.

16.5 - Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.5.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.5.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

16.5.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.5.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.5.5 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; ;

16.5.6 - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e/ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.5.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.5.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.6 - Qualificação Econômico-Financeira

16.6.1 - Será exigido Qualificação Econômico Financeira, conforme exigência abaixo:

16.6.1.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

16.7 - Qualificação Técnica

16.7.1 - Será exigido Qualificação Técnica, conforme exigência abaixo:

16.7.1.1 - Alvará da Vigilância Sanitária para os itens 1,2,3,4,5,6.

17 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 - O custo estimado da contratação encontra-se detalhado no ANEXO I deste Termo de Referência, tendo sido juntado no processo os preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

18 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do(a) Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul.

18.1.1 - A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou seu instrumento substituto.

18.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

19.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.2 - Toda a documentação apresentada neste procedimento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

Juiz de Fora, 05/02/2026.

Rafael Pontes Miranda
Gerente Administrativo

Leonardo Morato Barroso
Coord. de Patrimônio/Almoxarifado

Tiago Antônio de Souza
Supervisor de Apoio às Bases

Acxel Albrecht Araújo
Supervisor de Planejamento e Contratações
Públicas

ANEXO I DO TR

PLANILHA DE PREÇO ESTIMADO

O valor estimado foi definido com base na média dos valores, obtidos nas pesquisas de preços de acordo com o mapa de apuração abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	AÇÚCAR CRISTAL PACOTE DE 5 KG. Açúcar Cristal pacote de 5 kg - Tipo: Cristal; Composição: Origem Vegetal, Sacarose de Cana de Açúcar; Aplicação: Adoçante; Características Adicionais: 1ª Qualidade; Açúcar Cristal. Açúcar Cristal Pacote de 5 Kg. Código: 6505.	PCT.	770	19,52	15.030,40
2	BISCOITO AMANTEIGADO CHOCOLATE. KG - Biscoito amanteigado chocolate - KG. CÓDIGO: 7017.	KG.	10	51,50	515,00
3	BISCOITO AMANTEIGADO CREME DE AVELÃ - KG - Biscoito amanteigado creme de avelã - KG. CÓDIGO: 7018.	KG.	10	59,66	596,60
4	BISCOITO AMANTEIGADO GOIABINHA - KG - Biscoito amanteigado com goiabinha - KG. CÓDIGO: 7019.	KG.	10	47,48	474,80
5	BISCOITO AMANTEIGADO TRADICIONAL - KG - Biscoito amanteigado tradicional - KG. CÓDIGO: 7016.	KG.	10	46,97	469,70
6	CAFÉ SUPERIOR EM PÓ HOMOGÊNEO. Café superior, em pó homogêneo, torrado e moído, em embalagem de 500 gramas e do tipo a vácuo, com validade de 12 meses a partir da data de fornecimento, com registro das datas de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem; deverá ser constituído de grão de café tipo 6 COB ou melhores, contendo ao menos 85% de arábica em sua	PCT. 500g	2.752	35,27	97.063,04

Assinado por 1 pessoa: DAUDICEIA RENATA MOREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisdeste.1doc.com.br/verificacao/677A-FA1C-7BA8-33BB> e informe o código 677A-FA1C-7BA8-33BB

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
	composição, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e/ou ardidos PVA, ausente de grãos preto-verdes e fermentados; gosto predominante de café arábica (coffea arabica), admitindo-se de café robusta ou conilon (coffea canephora), com classificação de bebida Mole a duro, isento de gosto Rio Zona. Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura ou Selo de Pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e/ou laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; certificação no Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) da ABIC Ref.: Melitta, Pilão, Três Corações, ou equivalente, ou similar ou de melhor qualidade. Código: 6990.				
7	CANECA PLÁSTICA (400)ML. Caneca plástica resistente, não flexível, própria para uso em micro-ondas, com capacidade volumétrica nominal de 400 ml (440 ml capacidade máxima). Produto de alta durabilidade, design ergonômico com alça, adequado para uso institucional e personalizado com a logomarca "Cisdeste" na cor branca. Especificações Técnicas: Material: Plástico rígido, resistente, não flexível. Capacidade Nominal: 400 ml (440 ml capacidade máxima). Compatibilidade: Uso seguro em micro-ondas. Cor: Vermelho (estrutura) com logomarca "Cisdeste" em branco. Formato: Circular com alça lateral ergonômica. Dimensões e Peso: Dimensões Externas: Altura: 9,5 cm. Diâmetro do bocal: 8,5 cm. Diâmetro da base: 7 cm. Espessura da estrutura: 2,5 mm. Dimensões da Alça: Largura externa: 2 cm.	UN.	540	9,62	5.194,80

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
	Largura interna: 1,5 cm. Altura interna: 6 cm. Peso:* 70 g. Outras Especificações: Personalização:* Logomarca "Cisdeste" em cor branca, aplicada na superfície frontal da caneca, resistente a lavagens e exposição ao calor. Garantia: Produto com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. APRESENTAÇÃO: O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA. CÓDIGO: 6995.				
8	COADOR DE PANO PARA CAFÉ. Coador de pano para café, com composição: 100% algodão, aro de metal, arame galvanizado e cabo de madeira, medindo 130mm. - coador de pano para café: coador de pano para café, com composição: 100% algodão, aro de metal, arame galvanizado e cabo de madeira, medindo 130mm. CÓDIGO: 1322.	UN.	117	8,06	943,02
9	COADOR FLANELA PARA CAFETEIRA INDUSTRIAL 5LTS – MONARCHA. Coador Flanela para cafeteira industrial 5lts - Marca da cafeteira Monarcha. CÓDIGO: 5365.	UN.	7	36,33	254,31
10	COPO DESCARTÁVEL CAPACIDADE 200(ML). Copo descartável 200ml copo descartável de boa qualidade e resistente, com capacidade para 200(ml). Pacote com 100 unidades. Copo em polipropileno atóxico, massa mínima de 2,20 gramas; resistente mínima de 0,85 n, sem tampa. Código: 6547.	PCT.	1.600	5,30	8.480,00
11	COPO DESCARTAVEL CAPACIDADE 50(ML). Copo descartável de boa qualidade e resistente, com capacidade para 50(ml), peso mínimo 0,75 g, embalagem com 100 unidades, em 2,20 gramas; resistente mínima de 0,85 n; sem tampa. CÓDIGO: 1319.	PCT.	145	4,22	611,90

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
12	COPO DE VIDRO CAPACIDADE PARA 200(ML). Copo de vidro, capacidade: 200 ml; Diâmetro Boca: 64 MM; Altura: 96 MM; Cor: Transparente; Tipo Uso: Água/Suco/Refrigerante; Características Adicionais: Fundo Reforçado Com No Mínimo 15 Mm. CÓDIGO: 6503.	UN.	40	3,48	139,20
13	GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ CAPACIDADE 1 LITRO. Tampa de rosca. - Garrafa térmica para café capacidade 1 litro - tampa de rosca. Compatível com a marca Termolar ou de qualidade equivalente ou superior. CÓDIGO: 3216.	UN.	26	27,18	706,68
14	GUARDANAPO DESCARTÁVEL 30X33CM COM 50 UNIDADES. Guardanapo descartável 30x33cm com 50 unidades. CÓDIGO: 1321.	PCT.	228	3,75	855,00
15	JARRA LEITEIRA MICRO-ONDAS FERVE SEM DERRAMAR. Ferve Sem Derramar; Com Tampa; ferve água leite no micro-ondas sem derramar; Material da jarra: Plástico; Inclui tampa; Material da tampa: Plástico; Capacidade da jarra: 1 Litro; Altura 11 cm; Diâmetro: 8 cm. CÓDIGO: 6455.	UN.	5	62,95	314,75
16	LEITEIRA. Material: Alumínio; Capacidade: 2 L; Formato: Cilíndrico; Acabamento Superficial: Polido; Características Adicionais: Cabo Isolante Térmico; Material Cabo: Polipropileno; Com Tampa e Alça, Revestimento Antiaderente. CÓDIGO: 6492.	UN.	12	58,60	703,20
17	POTE ALIMENTO. Material: Plástico Formato: Redondo Cor: Incolor Capacidade: 1 L; Características Adicionais: Com Tampa Rosqueável; Aplicação: Acondicionamento de Alimentos. CÓDIGO: 6511.	UN.	108	10,59	1.143,72
18	POTE PLÁSTICO. Material: Plástico; Capacidade: 1000ml; Formato: Retangular; Dimensões Aproximadas: Comprimento 19,82cm X Largura	UN.	1.126	5,61	6.316,86

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
	15,25cm X Altura 6,15cm; Cor: Transparente; Características Adicionais: Descartável, Com Tampa; Pote de 1000ml. CÓDIGO: 6545.				
19	REFIL DE PURIFICADOR ÁGUA. Vasão nominal 45L/h, Pressão min/max:39 a 393KPA ou 4 á 39,3MCA, Eficiência bacteriológica não se aplica, Retenção particular: classe C, com redução de cloro livre >75%, Componentes: elemento PP e carvão ativado com prata cabidal, Validade: 06 meses após ativação. Compatível com purificador da marca Libell Aquaflex Hermetico ou de qualidade equivalente ou superior. CÓDIGO: 7020.	UN.	19	76,58	1.455,02
20	REFIL DE PURIFICADOR DE PAREDE COM TORNEIRA E FILTRO. Modelo: compatível com Purificador de parede com torneira e filtro; Características Adicionais: Fácil instalação, não requer presença de técnico, Código de referência: RV-01. CÓDIGO: 6566.	UN.	4	60,13	240,52
21	SUPORTE ARAMADO GRANDE PARA COADOR DE CAFÉ REFORÇADO. Suporte Para Coador de pano com Argola de 10cm, produzido em aço (Ferro) aramado de 6mm. Características: Altura do Suporte: 46cm; Diâmetro interno da Argola: 10cm Profundidade da Base: 16cm; Largura da Base: 15cm; Garantia de 3 Meses contra defeito de Fabricação. CÓDIGO: 6993.	UN.	10	42,05	420,50

O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 141.929,02 (cento e quarenta e um mil, novecentos e vinte e nove reais e dois centavos).**

ANEXO II**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA****PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2026****Razão Social:** _____, **CNPJ:** _____._____/_____-____**Logradouro:** _____, **nº** _____, **Bairro:** _____**Cidade:** _____, **UF:** _____, **CEP:** _____-____, **Telefone:** (____) _____-____**E-mail.:** _____

A empresa acima se propõe a **executar o objeto, conforme discriminado no Termo de Referência - Anexo I**, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente e conforme Ata de Julgamento.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. Total

OBS: Colocar na Planilha acima apenas os itens vencidos.

Declaro ter tomado conhecimento do instrumento convocatório relativo à licitação em referência, estar ciente dos critérios de julgamento do certame e da forma de pagamento estabelecidos para remunerar a execução do objeto licitado.

Declaro para os devidos fins que a proposta acima compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas,

nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

LOCAL/DATA

Nome do Responsável

Assinado por 1 pessoa: DAUDICEIA RENATA MOREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisdeste.1doc.com.br/verificacao/677A-FA1C-7BA8-33BB> e informe o código 677A-FA1C-7BA8-33BB

ANEXO III**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º ____/20__**

O Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul, inscrito no CNPJ n.º 17.813.026/0001-51, com sede na Rua Coronel Vidal, n.º 800, São Dimas, Juiz de Fora, MG, representado pelo Presidente, Exmo. Sr. Pedro Augusto Junqueira Ferraz, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º 003/2026, Processo Administrativo n.º 003/2026, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor Beneficiário _____, inscrito(a) no CPF/CNPJ n.º _____, situada no(a) _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CPF n.º _____, de acordo com a classificação alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução CISDESTE nº08/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E GENEROS ALIMENTICIOS, para atender as necessidades do CISDESTE, nos termos e condições especificadas no Termo de referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total

2.1.1 - O valor total desta Ata de Registro de Preço é de R\$ _____
(_____).

2.2. Por se tratar de Registro de Preços, não se obriga a contratante a cumprir os quantitativos previstos neste Termo de Referência, sendo certo que, para efeito de pagamento, somente serão considerados os itens efetivamente entregues pela fornecedora e aceitos pela fiscalização.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Após a homologação da licitação, serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;

5.3. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de processo de contratação específico para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.5.1. As despesas com a execução da presente Ata correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, assim classificada:

3.3.90.30.00.1.02.01.10.302.0001.2.0003 1.633.000 RATEIO MACRO SUDESTE - GESTÃO DO CONSÓRCIO;

3.3.90.30.00.1.02.02.10.302.0001.2.0005 1.633.000 RATEIO MACRO SUDESTE - GESTÃO DO SAMU.

5.5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.3. Quando o instrumento contratual for substituído por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, a minuta do contrato será parte integrante destes instrumentos para fins de observância dos requisitos previstos no art. 92 da NLLC.

5.5.4. O instrumento contratual de que trata o item 5.5. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul na condição de gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul (gerenciador) convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado o contrato celebrado poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no edital de licitação.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, podendo acarretar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não haverá remanejamento das quantidades registradas.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista na Lei 14.133/2021; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul (gerenciador), mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O fornecedor que descumprir a Ata de Registro de Preços, caracterizando qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e no item 12.1 do edital, ficará sujeito às sanções previstas no art. 156, conforme detalhado no item 12.2 do edital, observados os procedimentos estabelecidos nos arts. 157 e 158 da referida lei.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. As infrações e sanções administrativas encontram-se devidamente definidas no item 12 e seguintes do edital de licitação, parte integrante e inseparável desta ata.

10.3. O fornecedor declara plena ciência das hipóteses de infrações e sanções previstas no item 12 e seguintes do edital.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global do grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses:

11.2.1. Contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame;

ou

11.2.2. Contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

11.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Juiz de Fora, __/__/____.

Pedro Augusto Junqueira Ferraz
Presidente

Denys Arantes Carvalho
Secretário Executivo

Representante Legal
Razão Social da Empresa

TESTEMUNHAS

1) Ass.: _____ 2) Ass.: _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - Indicação do objeto que se pretende contratar

1.1 - REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, para atender as necessidades do CISDESTE, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste documento.

1.2 - Justificativa da utilização do SRP

1.2.1 - A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a futura e eventual aquisição de materiais de copa, cozinha e gêneros alimentícios justifica-se pela natureza permanente e contínua da demanda do órgão contratante, que requer insumos essenciais para o funcionamento adequado das atividades administrativas e institucionais. Tal modalidade atende à necessidade de garantir a oferta regular desses materiais, imprescindíveis para o suporte logístico diário e a manutenção das condições mínimas de atendimento aos servidores, visitantes e demais usuários das dependências.

1.2.2 - O uso do SRP promove eficiência, economicidade e celeridade na aquisição dos insumos, permitindo contratações futuras conforme a demanda real, o que evita desperdícios e possibilita planejamento financeiro adequado. Ademais, contribui para a padronização dos materiais adquiridos, facilitando o controle e a gestão dos estoques, em consonância com as diretrizes administrativas do órgão, assegurando a continuidade dos serviços públicos.

1.2.3 - A contratação pelo Sistema de Registro de Preços encontra respaldo legal no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que permite a utilização do SRP para bens e serviços de demanda permanente ou frequente, garantindo maior flexibilidade e segurança na gestão da demanda pública. Assim, a medida observa o disposto na Lei nº 14.133/2021.

2 - Descrição da necessidade

2.1 - A necessidade da contratação decorre da demanda contínua e sistemática do órgão contratante por materiais de copa, cozinha e gêneros alimentícios, essenciais para o funcionamento adequado das atividades administrativas e institucionais. A origem dessa demanda está vinculada à manutenção das condições mínimas de atendimento aos servidores, visitantes e demais usuários das dependências, garantindo a oferta de insumos básicos para alimentação e preparo de refeições. A natureza da necessidade é de caráter permanente, dada a frequência e regularidade do consumo desses materiais, que são imprescindíveis para o suporte logístico das atividades diárias.

2.2 - A contratação por meio de registro de preços é pertinente e necessária para assegurar a eficiência, economicidade e celeridade na aquisição desses insumos, alinhando-se aos objetivos

institucionais de otimização dos recursos públicos e garantia da continuidade dos serviços. O registro de preços possibilita a contratação futura conforme a demanda real, evitando desperdícios e promovendo planejamento financeiro adequado. Ademais, essa modalidade contribui para a padronização dos materiais adquiridos, facilitando o controle e a gestão dos estoques, em consonância com as diretrizes administrativas do órgão.

2.3 - A relação entre a demanda apresentada e a necessidade pública reside no fato de que a aquisição regular e organizada de materiais de copa, cozinha e gêneros alimentícios atende diretamente ao interesse público, ao assegurar condições dignas e adequadas para o desempenho das funções institucionais. A disponibilização desses insumos impacta positivamente na qualidade do ambiente de trabalho e no atendimento aos usuários, refletindo o compromisso da Administração com o bem-estar coletivo e a eficiência dos serviços públicos prestados. Dessa forma, a contratação justifica-se como instrumento fundamental para suprir uma necessidade pública contínua e relevante.

3 - Área(s) requisitante(s)

3.1 - Setor Demandante: Gerência Administrativa, Coordenação de Patrimônio e Supervisão de Apoio às Bases.

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - Da natureza da Contratação

4.1.1 - A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, enquadra-se em bens comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, devendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão, preferencialmente na forma Eletrônica.

4.2 - Prazo de vigência da Ata de Registro de Preço

4.2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2.2 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.3 - Sustentabilidade

4.3.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos exigidos neste tópico.

4.3.2 - A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente.

4.3.3 - Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

4.3.4 - Registre-se que eventuais impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras, quando aplicáveis, serão tratados no tópico 14 deste estudo, de modo que sua inclusão aqui seria redundante.

5 - Levantamento de Mercado

5.1 - Após a realização do levantamento de mercado, não foram identificadas alternativas de solução aptas a atender à necessidade apresentada que não envolvessem a aquisição dos materiais na forma descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

Para a contratação em tela, procedeu-se à análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, com o objetivo de identificar boas práticas, metodologias adotadas e soluções que melhor se adequassem às necessidades do Consórcio Intermunicipal para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste e Leste do Sul - CISDESTE.

5.1.1 - Na análise empreendida, constatou-se que a forma de contratação pretendida - registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa, cozinha e gêneros alimentícios - é compatível e equivalente aos modelos adotados em contratações congêneres no âmbito da Administração Pública, revelando-se prática recorrente, consolidada e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

5.2 - Ressalta-se, ainda, que o modelo ora proposto corresponde à forma atualmente adotada pelo CISDESTE para suprir demandas dessa natureza, tendo demonstrado, ao longo do tempo, plena adequação ao atendimento das necessidades administrativas, operacionais e institucionais do Consórcio.

6 - Descrição da solução como um todo

6.1 - Visão geral da solução:

6.1.1 - A solução proposta consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de materiais de copa, cozinha e gêneros alimentícios, abrangendo um conjunto de bens alimentícios e insumos correlatos indispensáveis à manutenção do suporte logístico das atividades administrativas e institucionais do Consórcio Intermunicipal para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste e Leste do Sul - CISDESTE.

6.1.2 - A contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo, regular e adequado desses materiais, de modo a garantir condições mínimas e adequadas de atendimento aos servidores, colaboradores, visitantes e demais usuários das dependências administrativas do Consórcio, em consonância com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e planejamento.

6.2 - Elementos constitutivos da solução

6.2.1 - Os materiais a serem registrados abrangem gêneros alimentícios e insumos de copa e cozinha, conforme especificações técnicas previamente definidas, observados os padrões mínimos de qualidade exigidos para o preparo, acondicionamento, conservação e consumo seguro dos alimentos.

6.2.2 - A solução contempla itens essenciais ao atendimento das rotinas administrativas do CISDESTE, devendo todos os produtos atender às normas sanitárias, regulatórias e de segurança alimentar vigentes, bem como às disposições expedidas pelos órgãos competentes, assegurando a integridade, a qualidade e a adequação dos bens fornecidos ao uso pretendido.

6.3 - Condições de fornecimento e integração da solução

6.3.1 - O fornecimento dos materiais deverá ocorrer mediante entrega nos locais previamente designados pelo CISDESTE, observados os prazos, quantidades e demais condições estabelecidas, de acordo com a demanda real e efetiva da Administração, respeitando-se o caráter eventual e parcelado das aquisições.

6.3.2 - Os produtos deverão ser entregues com acondicionamento adequado, de modo a preservar sua qualidade, validade e integridade, garantindo-se, sempre que aplicável, a rastreabilidade, a conformidade sanitária e o atendimento às normas técnicas e legais pertinentes.

6.3.3 - A utilização do Sistema de Registro de Preços permite maior flexibilidade, eficiência e racionalidade nas contratações, viabilizando aquisições planejadas e compatíveis com a variação das necessidades do Consórcio, promovendo a economicidade, a celeridade procedimental e a redução de riscos relacionados a aquisições desnecessárias ou superdimensionadas, em conformidade com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

6.4 - Registre-se que, a especificação técnica do objeto será tratada no item 07 deste ETP, sendo redundante incluí-los aqui.

6.5 - Diante da natureza e das peculiaridades do objeto não haverá exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

7 - Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	AÇÚCAR CRISTAL PACOTE DE 5 KG. Açúcar Cristal pacote de 5 kg - Tipo: Cristal; Composição: Origem Vegetal, Sacarose de Cana de Açúcar; Aplicação: Adoçante; Características Adicionais: 1ª Qualidade; Açúcar Cristal. Açúcar Cristal Pacote de 5 Kg. Código: 6505.	PCT.	770
2	BISCOITO AMANTEIGADO CHOCOLATE. KG - Biscoito amanteigado chocolate - KG. CÓDIGO: 7017.	KG.	10
3	BISCOITO AMANTEIGADO CREME DE AVELÃ - KG - Biscoito amanteigado creme de avelã - KG. CÓDIGO: 7018.	KG.	10
4	BISCOITO AMANTEIGADO GOIABINHA - KG - Biscoito amanteigado com goiabinha - KG. CÓDIGO: 7019.	KG.	10
5	BISCOITO AMANTEIGADO TRADICIONAL - KG - Biscoito amanteigado tradicional - KG. CÓDIGO: 7016.	KG.	10
6	CAFÉ SUPERIOR EM PÓ HOMOGÊNEO. Café superior, em pó homogêneo, torrado e moído, em embalagem de 500 gramas e do tipo a vácuo, com validade de 12 meses a partir da data de fornecimento, com registro das datas de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem; deverá ser constituído de grão de café tipo 6 COB ou melhores, contendo ao menos 85% de arábica em sua composição, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e/ou ardidos PVA, ausente de grãos preto-verdes e fermentados; gosto predominante de café arábica (coffea arabica), admitindo-se de café robusta ou conilon (coffea canephora), com classificação de bebida Mole a duro, isento de gosto Rio Zona. Deverá apresentar comprovação da qualidade do produto através de laudos emitidos por laboratórios credenciados junto ao Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura ou Selo de Pureza da Associação Brasileira	PCT. 500 g	2.752

Assinado por 1 pessoa: DAUDICEIA RENATA MOREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisdeste.1doc.com.br/verificacao/677A-FA1C-7BA8-33BB> e informe o código 677A-FA1C-7BA8-33BB

Item	Descrição	Unid.	Quant.
	da Indústria de Café (ABIC, em plena validade, ou Laudo de avaliação do café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e/ou laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza; certificação no Programa Cafés Sustentáveis do Brasil (PCS) da ABIC Ref.: Melitta, Pilão, Três Corações, ou equivalente , ou similar ou de melhor qualidade. Código: 6990.		
7	CANECA PLÁSTICA (400)ML. Caneca plástica resistente, não flexível, própria para uso em micro-ondas, com capacidade volumétrica nominal de 400 ml (440 ml capacidade máxima). Produto de alta durabilidade, design ergonômico com alça, adequado para uso institucional e personalizado com a logomarca "Cisdeste" na cor branca. Especificações Técnicas: Material: Plástico rígido, resistente, não flexível. Capacidade Nominal: 400 ml (440 ml capacidade máxima). Compatibilidade: Uso seguro em micro-ondas. Cor: Vermelho (estrutura) com logomarca "Cisdeste" em branco. Formato: Circular com alça lateral ergonômica. Dimensões e Peso: Dimensões Externas: Altura: 9,5 cm. Diâmetro do bocal: 8,5 cm. Diâmetro da base: 7 cm. Espessura da estrutura: 2,5 mm. Dimensões da Alça: Largura externa: 2 cm. Largura interna: 1,5 cm. Altura interna: 6 cm. Peso:* 70 g. Outras Especificações: Personalização:* Logomarca "Cisdeste" em cor branca, aplicada na superfície frontal da caneca, resistente a lavagens e exposição ao calor. Garantia: Produto com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. APRESENTAÇÃO: O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AMOSTRA FÍSICA PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA. CÓDIGO: 6995.	UN.	540
8	COADOR DE PANO PARA CAFÉ. Coador de pano para café, com composição: 100% algodão, aro de metal, arame galvanizado e cabo de madeira, medindo 130mm. - coador de pano para café: coador de pano para café, com composição: 100% algodão, aro de metal, arame galvanizado e cabo de madeira, medindo 130mm. CÓDIGO: 1322.	UN.	117
9	COADOR FLANELA PARA CAFETEIRA INDUSTRIAL 5LTS – MONARCHA. Coador Flanela para cafeteira industrial 5lts - Marca da cafeteira Monarcha. CÓDIGO: 5365.	UN.	7

Item	Descrição	Unid.	Quant.
10	COPO DESCARTÁVEL CAPACIDADE 200(ML). Copo descartável 200ml copo descartável de boa qualidade e resistente, com capacidade para 200(ml). Pacote com 100 unidades. Copo em polipropileno atóxico, massa mínima de 2,20 gramas; resistente mínima de 0,85 n, sem tampa. Código: 6547.	PCT.	1.600
11	COPO DESCARTAVEL CAPACIDADE 50(ML). Copo descartável de boa qualidade e resistente, com capacidade para 50(ml), peso mínimo 0,75 g, embalagem com 100 unidades, em 2,20 gramas; resistente mínima de 0,85 n; sem tampa. CÓDIGO: 1319.	PCT.	145
12	COPO DE VIDRO CAPACIDADE PARA 200(ML). Copo de vidro, capacidade: 200 ml; Diâmetro Boca: 64 MM; Altura: 96 MM; Cor: Transparente; Tipo Uso: Água/Suco/Refrigerante; Características Adicionais: Fundo Reforçado Com No Mínimo 15 Mm. CÓDIGO: 6503.	UN.	40
13	GARRAFA TÉRMICA PARA CAFÉ CAPACIDADE 1 LITRO. Tampa de rosca. - Garrafa térmica para café capacidade 1 litro - tampa de rosca. Compatível com a marca Termolar ou de qualidade equivalente ou superior. CÓDIGO: 3216.	UN.	26
14	GUARDANAPO DESCARTÁVEL 30X33CM COM 50 UNIDADES. Guardanapo descartável 30x33cm com 50 unidades. CÓDIGO: 1321.	PCT.	228
15	JARRA LEITEIRA MICRO-ONDAS FERVE SEM DERRAMAR. Ferve Sem Derramar; Com Tampa; ferve água leite no micro-ondas sem derramar; Material da jarra: Plástico; Inclui tampa; Material da tampa: Plástico; Capacidade da jarra: 1 Litro; Altura 11 cm; Diâmetro: 8 cm. CÓDIGO: 6455.	UN.	5
16	LEITEIRA. Material: Alumínio; Capacidade: 2 L; Formato: Cilíndrico; Acabamento Superficial: Polido; Características Adicionais: Cabo Isolante Térmico; Material Cabo: Polipropileno; Com Tampa e Alça, Revestimento Antiaderente. CÓDIGO: 6492.	UN.	12

Item	Descrição	Unid.	Quant.
17	POTE ALIMENTO. Material: Plástico Formato: Redondo Cor: Incolor Capacidade: 1 L; Características Adicionais: Com Tampa Rosqueável; Aplicação: Acondicionamento de Alimentos. CÓDIGO: 6511.	UN.	108
18	POTE PLÁSTICO. Material: Plástico; Capacidade: 1000ml; Formato: Retangular; Dimensões Aproximadas: Comprimento 19,82cm X Largura 15,25cm X Altura 6,15cm; Cor: Transparente; Características Adicionais: Descartável, Com Tampa; Pote de 1000ml. CÓDIGO: 6545.	UN.	1.126
19	REFIL DE PURIFICADOR ÁGUA. Vasão nominal 45L/h, Pressão min/max:39 a 393KPA ou 4 á 39,3MCA, Eficiência bacteriológica não se aplica, Retenção particular: classe C, Com redução de cloro livre >75%, Componentes: elemento PP e carvão ativado com prata cabidal, Validade: 06 meses após ativação. Compatível com purificador da marca Libell Aquaflex Hermetico ou de qualidade equivalente ou superior. CÓDIGO: 7020.	UN.	19
20	REFIL DE PURIFICADOR DE PAREDE COM TORNEIRA E FILTRO. Modelo: compatível com Purificador de parede com torneira e filtro; Características Adicionais: Fácil instalação, não requer presença de técnico, Código de referência: RV-01. CÓDIGO: 6566.	UN.	4
21	SUPORTE ARAMADO GRANDE PARA COADOR DE CAFÉ REFORÇADO. Suporte Para Coador de pano com Argola de 10cm, produzido em aço (Ferro) aramado de 6mm. Características: Altura do Suporte: 46cm; Diâmetro interno da Argola: 10cm Profundidade da Base: 16cm; Largura da Base: 15cm; Garantia de 3 Meses contra defeito de Fabricação. CÓDIGO: 6993.	UN.	10

7.1 - Metodologia de cálculo dos quantitativos

7.1.1 - A estimativa dos quantitativos dos itens objeto da contratação foi elaborada com base na análise do histórico de consumo registrado no exercício anterior, adotando-se metodologia que combina dados objetivos e margem de segurança, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da continuidade do serviço público.

7.1.1.2 - De modo geral, os quantitativos foram calculados a partir do consumo efetivamente registrado no ano de 2025, acrescido de margem de 25% (vinte e cinco por cento), com a finalidade de absorver eventuais oscilações de demanda, variações no número de usuários, incremento das atividades administrativas e demais fatores supervenientes, sem prejuízo da adequada reposição dos materiais.

7.1.1.3 - Excepcionalmente, para o item 11, cujo fornecimento não integrou as aquisições realizadas no exercício anterior, o quantitativo estimado foi definido a partir de levantamento específico das necessidades atuais do CISDESTE, considerando o uso institucional pretendido e a demanda previamente identificada pelos setores requisitantes.

7.1.1.4 - Por sua vez, os itens 02, 03, 04, 05 e 09 tiveram seus quantitativos mantidos nos mesmos patamares do consumo apurado no exercício anterior, tendo em vista a estabilidade da demanda observada para esses itens, não se verificando justificativa técnica para majoração ou redução.

7.1.1.5 - Os cálculos detalhados, com a indicação do consumo histórico, percentual de acréscimo aplicado e quantitativo estimado para cada item, encontram-se consolidados em planilha específica, a qual integra o presente Estudo Técnico Preliminar como documento complementar, conferindo transparência e rastreabilidade às estimativas adotadas.

7.1.2 - Por se tratar de Registro de Preços, não se obriga a contratante a cumprir os quantitativos previstos neste Estudo Técnico Preliminar, sendo certo que, para efeito de pagamento, somente serão considerados os itens efetivamente entregues pela fornecedora e aceitos pela fiscalização.

8 - Estimativa do Valor da Contratação

8.1 - O valor estimado da contratação é de **R\$ 141.929,02 (cento e quarenta e um mil, novecentos e vinte e nove reais e dois centavos).**

8.2 - O valor estimado da contratação foi elaborado seguindo as regras previstas no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, os quais foram utilizados para elaboração do orçamento estimativo.

9 - Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 - Nos termos do §2º, inciso II e III do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação será por ITENS visando o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, ampliação da competição com vistas à economicidade, considerando que o objeto é divisível.

10 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 - Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente.

11 - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, quando elaborado

11.1 - A demanda encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) relativo ao exercício de 2026, sob o item nº 36, elaborado pelo Consórcio Intermunicipal para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul - CISDESTE, atendendo ao disposto no Decreto nº 10.947/2022 e às diretrizes de planejamento das contratações estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021. O registro no PCA evidencia a aderência da presente contratação ao planejamento institucional e à gestão estratégica de contratações, reforçando a motivação e a transparência do processo. pelo(a) Consórcio Intermunicipal para Rede de Urgência e Emergência da Região Macro Sudeste e Macro Leste do Sul.

12 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

12.1 - Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

Com a implementação da solução proposta, por meio do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa, cozinha e gêneros alimentícios, o Consórcio Intermunicipal para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste e Leste do Sul - CISDESTE pretende alcançar os seguintes resultados:

I - Racionalização das despesas públicas, mediante a consolidação das aquisições em ata de registro de preços, possibilitando a obtenção de valores unitários mais vantajosos, em decorrência da ampliação da competitividade e da padronização dos itens adquiridos;

II - Redução de custos administrativos e operacionais, com a diminuição da necessidade de realização de múltiplos processos licitatórios para aquisições recorrentes, liberando recursos humanos para atividades estratégicas e de maior valor agregado;

III - Maior eficiência no planejamento e na execução das aquisições, uma vez que o registro de preços permite contratações sob demanda, compatíveis com a real necessidade do CISDESTE, evitando aquisições desnecessárias, estoques excessivos ou desperdício de materiais;

IV - Aprimoramento da gestão de recursos materiais, assegurando o fornecimento contínuo e regular dos insumos necessários ao suporte das atividades administrativas e institucionais, sem prejuízo à continuidade dos serviços prestados;

V - Melhor aproveitamento dos recursos humanos, com a redução do tempo despendido pelos servidores em rotinas repetitivas de compras e contratações, permitindo sua alocação em atividades de planejamento, fiscalização e controle;

VI - Otimização dos recursos financeiros disponíveis, por meio da contratação de forma planejada, escalonada e vinculada à efetiva necessidade de consumo, contribuindo para o equilíbrio orçamentário e a adequada execução das dotações;

VII - Aumento da previsibilidade e da segurança administrativa, com regras claras de fornecimento, critérios objetivos de aceitação dos produtos e maior controle sobre os gastos realizados durante a vigência da ata de registro de preços;

VIII - Conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como com as orientações e boas práticas consolidadas na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

13 - Providências a Serem Adotadas

13.1 - Não há providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, visto que não há necessidade de capacitação de fiscais e/ou gestores de contrato ou de adequação do ambiente da organização.

14 - Possíveis Impactos Ambientais e respectivas medidas mitigadoras

14.1 - Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

15 - Análise de Risco

15.1 - Conforme entendimento do TCU[1] "(...) o estudo técnico preliminar já serve, naturalmente, ao gerenciamento de riscos da futura contratação". Cada elemento do ETP permite de certa forma antecipar problemas e prever oportunidades, orientando a tomada de decisão na fase de elaboração dos demais documentos, especialmente o termo de referência.

15.2 - No entanto, no presente caso, foram identificados riscos relevantes que devem ser abordados de forma separada, sendo necessário elaborar o Mapa de Risco, o qual segue devidamente estruturado e detalhado como Anexo I deste documento.

16 - Declaração de Viabilidade

16.1 - Declaramos viável esta contratação.

16.1.1 - Justificativa da Viabilidade

16.1.1.1 - O presente planejamento foi elaborado em estrita observância à Resolução nº 08/2023, bem como em conformidade com os requisitos legais, técnicos e administrativos necessários ao atendimento das necessidades institucionais e ao cumprimento do objeto da contratação.

16.1.1.2 - A análise realizada demonstra que a solução proposta atende adequadamente às demandas formuladas, sendo os benefícios pretendidos compatíveis com os objetivos institucionais do Consórcio Intermunicipal para Gerenciamento da Rede de Urgência e Emergência da Macro Sudeste e Leste do Sul - CISDESTE. Verifica-se, ainda, que os custos estimados são compatíveis com os valores praticados no mercado e com a capacidade orçamentária do Consórcio, evidenciando a observância do princípio da economicidade.

16.1.1.3 - Os riscos identificados ao longo do planejamento foram devidamente avaliados e considerados administráveis, seja por meio de medidas mitigadoras previstas, seja pela própria natureza da contratação, não se identificando óbices relevantes à sua execução.

16.2 - Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica e administrativa da contratação, razão pela qual se recomenda a adoção da solução proposta, nos termos delineados neste Estudo Técnico Preliminar.

Juiz de Fora, 02/02/2026.

Rafael Pontes Miranda

Gerente Administrativo

Leonardo Morato Barroso

Coord. de Patrimônio/Almoxarifado

Tiago Antônio de Souza

Supervisor de Apoio às Bases

Axcel Albrecht Araújo

Supervisor de Planejamento e Contratações
Públicas

DESPACHO

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar, considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnica apresentadas.

Juiz de Fora, 02/02/2026.

Denys Arantes Carvalho
Secretário Executivo

Assinado por 1 pessoa: DAUDICEIA RENATA MOREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cisdeste.1doc.com.br/verificacao/677A-FA1C-7BA8-33BB> e informe o código 677A-FA1C-7BA8-33BB

ANEXO I DO ETP

MAPA DE RISCOS – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

FASE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Risco 01 – Pesquisa de mercado insuficiente ou inadequada

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Superestimação de preços, contratações acima do valor de mercado, risco de superfaturamento e responsabilização administrativa e judicial.

Ação Preventiva: Realização de pesquisa de preços criteriosa em fontes oficiais e idôneas, com documentação da metodologia adotada e revisão pelo agente de contratação.

Agente Responsável pela Ação: Equipe de planejamento e agente responsável pelo setor requisitante.

Risco 02 – Utilização de especificações técnicas incompatíveis com o mercado

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Tipo de Dano: Redução da competitividade, apresentação de poucas propostas válidas, risco de licitação deserta e aumento dos custos da contratação.

Ação Preventiva: Elaboração de especificações técnicas padronizadas, proporcionais e devidamente justificadas, com consulta prévia ao mercado e registro formal das razões adotadas no processo.

Agente Responsável pela Ação: Equipe de planejamento e agente responsável pelo setor requisitante.

Risco 03 – Inclusão de exigências não usuais sem fundamentação legal adequada

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Impugnações, nulidade do certame, exclusão indevida de fornecedores e judicialização do procedimento.

Ação Preventiva: Fundamentação legal e técnica para eventuais exigências diferenciadas, com análise prévia pelo setor jurídico e, quando cabível, realização de consulta pública.

Agente Responsável pela Ação: Equipe de planejamento e agente responsável pelo setor requisitante.

Risco 04 – Exigência excessiva ou irrelevante de documentos de habilitação

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Restrição à competitividade, nulidade do procedimento, atrasos no certame e contratação menos vantajosa.

Ação Preventiva: Exigir apenas a documentação estritamente necessária, em conformidade com a legislação vigente, adotando benchmarking de editais de órgãos públicos similares.

Agente Responsável pela Ação: Equipe de planejamento e agente responsável pelo setor requisitante.

Risco 05 – Superestimativa dos quantitativos

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Desperdício de recursos públicos, custos desnecessários de armazenamento, risco de obsolescência e apontamentos por órgãos de controle.

Ação Preventiva: Utilização de dados históricos de consumo, justificativas técnicas formais e confronto com execuções contratuais anteriores.

Agente Responsável pela Ação: Equipe de planejamento e agente responsável pelo setor requisitante.

FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Risco 06 – Publicidade insuficiente dos atos do procedimento

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Anulação do certame, questionamentos administrativos ou judiciais e restrição à ampla participação de interessados.

Ação Preventiva: Publicação integral dos atos obrigatórios nos meios oficiais, observando o disposto no art. 54, §1º, da Lei nº 14.133/2021, com divulgação do edital e anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), publicação de extrato no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, bem como comprovação nos autos.

Agente Responsável pela Ação: Agente de contratação/pregoeiro.

Risco 07 – Fixação de prazos exíguos ou inadequados

Probabilidade: Média

Impacto: Médio/Alto

Tipo de Dano: Perda de propostas vantajosas, impugnações, atrasos no procedimento e insegurança jurídica.

Ação Preventiva: Avaliação da complexidade do objeto, estipulação de prazos mínimos e razoáveis e discussão prévia com a equipe técnica.

Agente Responsável pela Ação: Agente de contratação/pregoeiro.

Risco 08 – Não verificação de impedimentos legais dos licitantes

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Contratação de fornecedor impedido, nulidade do contrato e danos à imagem institucional.

Ação Preventiva: Utilização de checklist e consulta prévia a todos os cadastros e bancos oficiais de restrição antes da adjudicação e homologação.

Agente Responsável pela Ação: Agente de contratação/pregoeiro.

Risco 09 – Desclassificação ou inabilitação por falhas sanáveis

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Contratação menos vantajosa, atrasos, interposição de recursos e judicialização.

Ação Preventiva: Adoção de diligências para saneamento de falhas formais, aplicação do princípio do formalismo moderado e observância da jurisprudência do TCU, especialmente os Acórdãos nº 2.443/2021 – Plenário e nº 1.211/2021 – Plenário.

Agente Responsável pela Ação: Agente de contratação/pregoeiro.

FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Risco 10 – Designação de fiscais/gestores sem qualificação técnica

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Fiscalização inadequada, aceitação de bens fora das especificações, pagamentos indevidos e danos ao erário.

Ação Preventiva: Definição de critérios mínimos de qualificação técnica, capacitação prévia e registro formal da designação no processo.

Agente Responsável pela Ação: Autoridade competente responsável pela designação.

Risco 11 – Designação de fiscais/gestores sem disponibilidade adequada

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Fiscalização ineficaz, recebimento inadequado dos bens, pagamentos indevidos e aumento do risco de responsabilização.

Ação Preventiva: Avaliação da carga de trabalho, distribuição equilibrada das atribuições e adoção de rodízio ou revezamento quando necessário.

Agente Responsável pela Ação: Autoridade competente responsável pela designação.

Risco 12 – Recebimento sem conferência rigorosa

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Aceitação de itens em desacordo com as especificações, prejuízo ao interesse público e dificuldades de ressarcimento.

Ação Preventiva: Utilização de checklists e documentos técnicos, bem como capacitação dos fiscais para conferência detalhada de qualidade e quantidade.

Agente Responsável pela Ação: Fiscal/gestor do contrato.

Risco 13 – Perda da regularidade fiscal da contratada

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Bloqueio de pagamentos, paralisação do fornecimento, rescisão contratual e prejuízo à continuidade das atividades.

Ação Preventiva: Verificação da regularidade fiscal antes de cada pagamento e aditamento, com notificações e registros formais.

Agente Responsável pela Ação: Fiscal/gestor do contrato.

Risco 14 – Atrasos ou inexecução total ou parcial do contrato

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Tipo de Dano: Prejuízos à Administração, interrupção do fornecimento, aplicação de penalidades e eventual rescisão contratual.

Ação Preventiva: Estabelecimento de cronograma claro, acompanhamento contínuo, reuniões periódicas e aplicação das penalidades previstas contratualmente.

Agente Responsável pela Ação: Fiscal/gestor do contrato.

Risco 15 – Prática de ato ilícito pela contratada

Probabilidade: Baixa

Impacto: Altíssimo

Tipo de Dano: Perdas financeiras, desvios de recursos, suspensão ou rescisão contratual e responsabilização administrativa.

Ação Preventiva: Previsão de cláusulas de integridade e penalidades no contrato, fiscalização próxima e comunicação imediata às autoridades competentes.

Agente Responsável pela Ação: Fiscal/gestor do contrato.

Juiz de Fora, 02/02/2026.

Rafael Pontes Miranda
Gerente Administrativo

Leonardo Morato Barroso
Coord. de Patrimônio/Almoxarifado

Tiago Antônio de Souza
Supervisor de Apoio às Bases

Acxel Albrecht Araújo
Supervisor de Planejamento e Contratações Públicas



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 677A-FA1C-7BA8-33BB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DAUDICEIA RENATA MOREIRA (CPF 033.XXX.XXX-80) em 24/02/2026 17:01:38 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cisdeste.1doc.com.br/verificacao/677A-FA1C-7BA8-33BB>